

GT3: Ciências Criminais e Direito Processual Penal

CRIMES CIBERNÉTICOS: ANÁLISE A PORNOGRAFIA INFANTIL E A EROTIZAÇÃO NA INFÂNCIA NA ERA DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS

Andressa Paula de Andrade

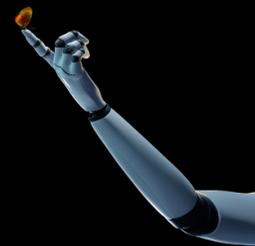
Mestra, Unifatecie, aandressaandrade@hotmail.com

Anna Clara Cabral Cavenachi

Graduanda em Direito, Unifatecie, cabralannaclara28@gmail.com

INTRODUÇÃO: O presente resumo objetiva discorrer sobre os crimes cibernéticos, especialmente a temática da pornografia infantil e erotização da infância nas redes sociais. A par disso, apresentar-se-á a doutrina da proteção integral que permeia a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente nesta seara. Posteriormente, desenvolve-se quais são os crimes denominados de pornografia infantil que podem ser perpetrados em meio virtual. Por fim, propõe-se alguns indicativos que visam combater a exposição de corpos de crianças e adolescentes para o fim de uma salvaguarda completa da integridade física, imagem e bem-estar dos infantes. Destaca-se ainda uma dificuldade investigativa nesses crimes, o que demanda um aparelhamento sofisticado dos órgãos de segurança pública. Do mesmo modo, não há pouca produção legislativa e técnicas investigativas no ordenamento jurídico pátrio voltadas para o tema, o que dificulta ainda mais a solução destes crimes.

Vale ressaltar que, são os crimes cometidos através de um computador, celular ou qualquer outro meio eletrônico que se usa por intermédio a internet e a tecnologia, para cometer atos criminosos. Com o passar dos anos, a tecnologia vem avançando disparadamente, e com ela vem a facilidade dos criminosos em praticar crimes digitais contra as pessoas com vulnerabilidade, como os infantes. A pedofilia é classificada como um transtorno de preferência sexual por crianças, quer se trate de meninas ou meninos, de preferência os pré-púberes ou no início da puberdade. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. No âmbito da abundância da tecnologia, se tem uma significativa crueldade através das telas digitais, onde se encontra múltiplos grupos de estupradores, que por muitas das vezes se passam como bons cidadãos através da sociedade, onde fica difícil a identificação dos abusadores. A par disso, destaca-se o valor de trazer esse assunto à tona, é cautelosamente um alerta a todos, para que se possa prevenir e diminuir a pornografia infantil por meio das redes sociais. Tampouco se sabem que, a exposição de crianças e adolescente na internet é um gatilho para os abusadores, que tem como intuito cometer atos ilícitos por meio do crime digital, e se todos soubessem o impacto que se pode causar uma simples foto ou vídeos da criança na internet, a prevenção seria inigualável. É direito das crianças e adolescente, brincar, divertir-se, ter uma vida digna e uma infância saudável, é dever de todos protegê-los.



METODOLOGIA: A presente investigação científica utilizará o método hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa da revisão bibliográfica.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Trata-se de uma pesquisa embrionária e que redundará na confecção de um artigo científico, motivo pelo qual os resultados são esperados. Assim, busca-se alcançar: a) Como se define um crime cibernético; b) Quais são os crimes de pedofilia cometidos em meio virtual; c) Quais são as legislações nacionais e internacionais que permitem a investigação do tema; d) Quais são as técnicas investigativas que se encontram a disposição dos órgãos de segurança pública;

FONTES FINANCIADORAS: Não se aplica.

REFERÊNCIAS:

BRITO, Auriney. **Direito Penal Informático**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502209428. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502209428/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LOWENKRON, Laura. O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015. 456 p. (Sexualidades e cultura collection). Acesso em: 12 de abri.2024

RODRIGUES, Herbert. **A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAMOS, Danielle. Infância interrompida. **Revista Perícia Federal**, Ano XIV, n. 42, dezembro de 2018, p. 12-21.

SEABRA, Gustavo Cives. **Manual de Direito da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: CEI, 2020.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVERIA, Mayra; CURY, Munir (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais**. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.